

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CAVALCANTE FILHO, Pedro. Pedro Cavalcante Filho (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 40min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Pedro Cavalcante Filho
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 01/07/2005 a 01/07/2005

Duração: 1h 40min

Arquivo digital - vídeo: 2; Fita cassete: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por sua militância no movimento negro em Pernambuco desde a década de 1970, onde fundou o Movimento Negro Unificado (MNU).

Temas: Movimento negro;

Sumário

Entrevista: 01.07.2005

Fita 1-A: origens familiares; detalhes sobre a história dos pais; recordações sobre os tempos de escola; relação do entrevistado com seus professores da escola; primeiro emprego como operador de som da rádio local; ida para Recife; emprego nos Diários Associados, da Tupi; participação do entrevistado no vestibular para arquitetura.

Fita 1-B: ingresso na faculdade de arquitetura (1971 a 1976); emprego na Paraíba, para trabalhar em uma empresa da administração indireta do município de Campina Grande; nascimento da primeira filha, em 1978; participação em um projeto urbanístico para a cidade de Campina Grande; retorno do entrevistado para Recife; ingresso na Empresa de Urbanização do Recife; recordações sobre as discriminações vividas ao longo de sua trajetória; recuperação da idéia do movimento negro no final da década de 1970; características sobre a trajetória do entrevistado no Movimento Negro Unificado (MNU); fundação do MNU em Pernambuco em 1979; reflexões sobre democracia racial; descrição de fatos ocorridos na família para justificar a consciência da negritude do entrevistado.

Fita 2-A: o contato com membros do MNU de outros estados; a importância do contato com Inaldete Pinheiro sobre o estabelecimento do MNU em Pernambuco; processo de criação do MNU em Pernambuco - questão do 13 de Maio e 20 de Novembro; divergências de opiniões dentro do próprio MNU; críticas à questão da luta armada; interesse do entrevistado na questão sindical e trabalho na área como sindicalista de arquitetura; participação no Partido dos Trabalhadores (PT); criação de uma secretaria de combate ao racismo institucional no Recife; o afastamento do entrevistado do MNU concomitante a uma maior participação no PT e no sindicato; opinião sobre a relação dos partidos de esquerda com a questão racial; comentários sobre Inaldete Pinheiro, membro do MNU; detalhes sobre o próprio papel no MNU; radicação do entrevistado em Recife, desde os 21 anos de idade; atual emprego na Secretaria de Planejamento, como assessor do secretário de Planejamento do município; atual participação no planejamento de uma Secretaria de Direitos Humanos, trabalhando a igualdade racial; opinião sobre o sistema de cotas; participação do entrevistado em um trabalho de planejamento e reurbanização em áreas de favelas, lidando principalmente com a questão da regularização fundiária, através da Empresa de Urbanização da Cidade do Recife (Urb Recife); trabalho na favela Brasília teimosa; reflexões sobre questões raciais e de educação; detalhes sobre os três filhos e as suas carreiras; comentários sobre quem participou da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 e o seu papel no acompanhamento do processo; participação na campanha do candidato a governador de Pernambuco em 2002, Humberto Costa, com foco na questão racial; participação no encontro das secretarias de combate ao racismo do Norte e Nordeste, com o Martvs das Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT, em Recife, na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); discussão do Programa Institucional de Combate ao Racismo, vinculado ao Department for International Development (DFID) e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Fita 2-B: participação em seminários até agosto de 2004; convênio definitivo da Prefeitura com a PNUD - DFID; o entrevistado como representante da Prefeitura no Fórum, durante a implementação da Lei 10.639, em que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) encaminha a montagem do Fórum Intergovernamental; participação em projetos com foco na questão da educação; planos para trabalhar o a questão do quesito raça/cor nas áreas da saúde, da educação, da cultura, etc.; comentários sobre a relação da sociedade civil e do município; citação de ONGs como: MST, SOS, Nós outras mulheres, Associação das Mulheres da Zona Rural, Associação das Mulheres do Cabo; definição e objetivo do conceito de racismo institucional - base do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) - pelo DFID.

Entrevista: 01.07.2005

V.A. – A gente andou conversando um pouquinho sobre como seria esse nosso trabalho e a ideia é começar do que a gente imagina que seja o começo. Então, a sua formação, seu nascimento... O senhor nasceu em Recife, não?

P.C. – Não, não. Eu sou filho de Alagoas. Sou Viçosense.

V.A. – Alagoas. Viçosa?

P.C. – Viçosa.

V.A. – Viçosa, Alagoas.

P.C. – É. Agora, saí de Viçosa pequeno e me criei em Palmeira dos Índios, que é agreste do estado. Terra do Graciliano...

V.A. – Também Alagoas?

P.C. – Também Alagoas.

V.A. – Terra do Graciliano Ramos.

P.C. – Exatamente. Onde ele foi prefeito, essa coisa toda. E só aos 21 anos é que eu venho pra Recife estudar. E a razão é porque o estado de Alagoas não tinha faculdade de arquitetura; só tinha em Pernambuco ou na Bahia. Então eu quis ir para o lugar mais perto porque era mais fácil de poder me manter...

V.A. – O senhor nasceu em que data?

P.C. – Ah! 1948. 27 de abril de 1948.

V.A. – Certo. Então, o senhor nasceu em Viçosa... É interior, litoral?

P.C. – É interior. Zona da Mata de Alagoas. É a terra de Teotônio Vilela. Meu pai, na época motorista do Serviço Nacional de Peste...

V.A. – ...de Peste?

P.C. – Exatamente. Nessa época o nome era esse. Hoje é... Daqui a pouco eu lembro.

Minha mãe era doméstica naquele momento. E depois, quando fomos para Palmeira, eu tinha 4 anos de idade, e os pais negociaram a possibilidade do acompanhamento dos filhos na escola. Meu pai foi para Palmeira porque, como motorista, ele negociou estudar para fazer um concurso para laboratorista. Para o qual passou – em Maceió, na capital –, na frente de médicos, essa coisa toda. Então, como ele era semianalfabeto, só tinha quatro anos primários, foi mudado para o interior. Passou em segundo lugar, mas teve que ser posto para o interior porque não podia ficar junto dos doutos.

Aí é onde minha mãe entra em cena, trabalhando como costureira – exatamente a história da complementação –, depois como cabeleireira, que é até hoje. E a negociação foi feita para meu pai continuar estudando com a gente. Então ele ainda fez os quatro anos primários junto comigo, que sou o mais velho. Aí ele não resistiu, aquela coisa de que era o único velho na sala de aula e tal. E ele resolveu trocar as posições: ele ficava resolvendo as outras paradas na família e minha mãe o substituiu e continuou estudando comigo até o final do científico, quando eu vim para Recife, com 21 anos.

Ela continuou, virou professora e passou a ensinar no colégio em que nós estudamos enquanto eu vinha para Recife para tentar a faculdade de arquitetura. E aí tinha a sentença de que eu tinha de me virar: durante o primeiro ano eu era bancado; a partir do segundo ano, passando ou perdendo o vestibular, eu que me virasse.

V.A. – Deixa eu só voltar bastante. Qual é o nome do pai do senhor?

P.C. – Pedro Belarmino Cavalcante.

V.A. – E esse Cavalcante o senhor estava nos explicando que é...

P.C. – É a história de que tem Cavalcante e Cavalcanti. Aí se diz que o Cavalcante é dos pobres e o Cavalcanti é dos ricos. E tem várias histórias sobre isso. Uma delas é a de que existem os Cavancanti e os cavalgados. Tem outra de que os Cavalcante eram os filhos bastardos dos Cavalcanti.

V.A. – Está certo. Qual o nome da mãe do senhor?

P.C. – Irene Souza Cavalcante.

V.A. – Agora, eu não entendi direito. O senhor nasceu em Viçosa...

P.C. – Sim, e me criei em Palmeira dos Índios.

V.A. – Mas a história dos pais do senhor eu não entendi direito.

P.C. – Bom, eles são filhos de São Miguel dos Campos, que é uma outra cidade da Zona da Mata de Alagoas.

V.A. – E eles não estudaram, não é isso?

P.C. – Sim, no primeiro momento. A progressão é a seguinte: meu pai só fez até o quarto ano primário, e fez comigo. Foi aluno, junto comigo, no grupo escolar. Quando eu fazia o quarto ano primário. Depois ele deixou. No fim do ano ele passou e tal, resolveu tudo, mas deixou a escola porque ele não aguentava a sala de aula. Então foi minha mãe substituir. Então foi minha mãe que estudou comigo durante todo o ginásio e o científico. Na época, hoje têm outros nomes com que de vez em quando eu me atrapalho.

V.A. – Mas outros pais de alunos também faziam isso?

P.C. – Não. Era o que causava espécie. Principalmente essa história da minha mãe [insistir]... Inclusive formou-se em pedagogia e depois foi ensinar na escola em que a gente estudou.

V.A. – O senhor tem irmãos?

P.C. – Tenho, somos quatro. Irene Márcia de Souza Cavalcante, João Augusto Cavalcante e Mônica Valéria Cavalcante.

V.A. – E o senhor é o mais velho?

P.C. – Sou o mais velho.

V.A. – Por isso eles foram fazer a escola com o senhor. O senhor já estava entrando, eles foram junto.

P.C. – Exatamente. Minha irmã, que é um ano mais nova que eu, em seguida entrou na história também. E aí entra a questão do aproveitamento: eu era considerado o vagabundo e ela, a primeira de turma. Quando tirava 9,5 chorava um dia inteiro... E no fim do ano, aquela velha campanha, os dois doidinhos. Eu estava lá com o meu cinco e meio de média... Aí minha mãe reclamava, meu pai reclamava: “Mas como é que pode?” “Mas não tá aprovado? Tudo bem.”

E o meu irmão é que não conseguiu concluir curso superior. Porque no meio do científico houve um momento de crise, que não era bem familiar, era da conjuntura. Como eles diziam, houve uma queda do salário de todo o pessoal que trabalhava com meu pai, na repartição. Uma coisa de perder todas as [diárias]... Foi em torno de 50% do salário que foi reduzido, então teve um corte bruto no orçamento da casa e quem pagou o pato foi ele que se atrapalhou [um bocado com essa história].

V.A. – E ele era motorista do Serviço Nacional de Peste...

P.C. – E depois virou laboratorista através de concurso. Tinha um padre, que era descendente de francês, que era um laboratorista renomado em Maceió, dr. Roland Simon. E meu pai foi motorista dele durante muito tempo, no laboratório. Então, ele ficava no laboratório, à noite, sem fazer nada, só conversando com o vigia do laboratório que era um compadre, dono do laboratório também, [com dr. Roland]

porque foi o cara que conseguiu garantir a formatura dele, vendendo coco. O nome é Zé Coco exatamente por conta disso. Quando o dr. Roland era estudante, esse camarada foi quem segurou ele, porque ele não tinha dinheiro para bancar o almoço, essa coisa toda, e ele, como pescador e vendedor de coco era que segurava a parada dele.

V.A. – Do Roland.

P.C. – Exato. Depois ele ficou famoso e era uma coisa muito estranha. Por exemplo, quando o primeiro filho nasceu, André, o dr. Roland escolheu Seu Zé Coco para ser o padrinho do filho dele. Isso foi uma coisa escandalosa para a sociedade da época: como é que um médico renomado faria uma coisa dessas?

Tinha ele e meu pai, que também era compadre dele, que era o motorista dele. Como papai ficava o tempo inteiro no laboratório, a noite toda esperando para se precisasse de alguma emergência, alguma coisa, ele disse: “Pedro, tu não quer aprender a manipular o material pra fazer os exames?” E nessa brincadeira... Chegou um fim de ano e ele propôs: “Olha, vai ter um concurso aí e eu quero que você faça.” Papai foi fazer o concurso e passou, bem classificado. Aí tinha um embate em outro nível, que era a história do dr. Roland mostrando que um camarada de baixo podia ascender, sem precisar necessariamente da formação estritamente acadêmica e tal. E isso resultou nessa história dele ter que ia para Palmeira, para o interior – para o agreste, precisamente – para poder exercer essa atividade lá.

V.A. – Então, o senhor nasceu em Viçosa, onde seu pai já era motorista. Mas ele foi para Maceió, onde era motorista do dr. Roland. Depois é que ele foi para Palmeira.

P.C. – Exatamente. Tanto que meu irmão João já nasce em Maceió. Eu e minha irmã somos filhos de Viçosa, meu irmão é de Maceió, e a última irmã, Mônica, de Palmeira dos Índios.

V.A. – Em Palmeira dos Índios, ele era laboratorista onde?

P.C. – No Serviço Nacional de Peste.

V.A. – Também?

P.C. – Também. Era exatamente a busca da ascensão dentro do próprio serviço.

V.A. – Era laboratório de análises clínicas?

P.C. – Era sangue, urina, fezes e tinha uma série de outras atividades. Na peste bubônica, ele era o laboratorista que rodava também: tinha as famosas malas, que eram um laboratório ambulante. Então, ele tinha que sair, por exemplo... Vamos supor que em uma região qualquer tivesse uma denúncia de um caso de peste – morreu alguém de peste. À época, peste bubônica no agreste, no sertão, era como se fosse câncer hoje – ninguém contava muito, não se divulgava, coisa e tal. A família que conseguia abafar, muito bem. Mas a grande maioria não conseguia abafar. Tinha morte rápida, três dias. Então, o camarada denunciava à repartição e ia um grupo de trabalho da repartição – envolvendo laboratorista, um guarda-chefe, oito a dez guardas de campo e mais o motorista. Era a equipe que deslocaria para esse local para conversar. O guarda-chefe, junto com meu pai, tinha o papel, vamos dizer assim, de embaixador. Tinha que chegar lá para conversar com o chefe da família ou com o casal, para discutir a possibilidade de exumação ou não. Era todo um trabalho de diplomacia que era desenvolvido, é um negócio muito interessante. Eu fui muito, de férias. Eu ia muito para os acampamentos.

Aí, pronto, está definido: tinha que exumar, tirar um dos dedos da pessoa – normalmente era esse aqui, o anular – para botar em uma solução que ia para o laboratório, em Palmeira, onde tinha uma criação de cobaias. Ia ser inoculado na cobaia. Se no dia seguinte, ela amanhecesse com o primeiro sintoma, arrastando as pernas traseiras, é porque era um caso de peste bubônica. Aquela cobaia ia ser sacrificada, essa coisa toda...

V.A. – Cobaia era rato?

P.C. – Não, não sei lhe dizer o nome porque eu conheci como cobaia o tempo todo... Mas é uma preá, vamos dizer.

V.A. – Sim, preá. Mas tirava o que do dedo?

P.C. – Exatamente. Botava em uma solução que eu não sei lhe dizer o que era, mas retirava dessa solução – devia dar um tempo para maturar – e inoculava na cobaia. Então, esse processo resultava que essa equipe tinha que voltar a campo e marcar, do lugar do acontecimento, dois quilômetros de raio e trabalhar toda essa área. Com desratização... Usava mil processos, um deles muito brabo, que ainda hoje é utilizado – em menor escala, mas é – que é usando veneno forte, tipo DDT, depois entrou o 1080,¹ que era mais pesado. E aí ia-se trabalhando em todo sítio, dentro desses dois quilômetros de raio, casa por casa. Que fosse habitação, criatório – o que fosse ia ter que ser vistoriado e trabalhado. Aí tinha a história de borrifar, tinha todo um processo e aí, de novo, os embaixadores tinham que trabalhar caso a caso. Porque, por exemplo, tinha algumas situações em que o dono da casa, quando era avisado que estava chegando o guarda da peste, fugiam todos de casa e ficava o cara responsável, com uma espingarda ou uma foice, esperando pra saber o que vinha. Aí tem mil histórias...

V.A. – Devem ser histórias muito interessantes.

P.C. – Eu já quis, inclusive, produzir alguma coisa em cima disso. Da equipe que trabalhava com meu pai: os guardas todos eram amigos, eram todos conhecidos... Aquela história de grupo de trabalho que também são amigos fora do trabalho. Futebol junto... A base era fundamentalmente essa história. Enquanto minha mãe se virava costurando, essa coisa toda.

V.A. – Mas são uns pais especiais que o senhor teve. Super esforçados, inclusive, de ir para a escola com o senhor. Não era comum ter isso: uma família dessas...

P.C. – Isso custava algumas coisas: você tinha que ser bem-comportado na escola, porque a mãe estava do lado.

V.A. – [risos] E ainda levava uns cascudos.

¹ Ver http://www.mp.sc.gov.br/canal_mpssc/clipping/jornal_jsc/jsc_051018.htm

P.C. – Qualquer coisa, a primeira coisa que o diretor dizia era o seguinte: “Vou chamar a sua mãe.” Ta feita a confusão.

V.A. – E o senhor, então, estudou em Palmeira dos Índios até...

P.C. – Até os 21.

V.A. – E por que o senhor escolheu fazer arquitetura?

P.C. – Essa pergunta é clássica. Veja só, primeiro a história do período de escola. Eu já cheguei na escola pública, no grupo escolar, alfabetizado. Isso é a primeira coisa. Um ano antes do meu tempo de escola, eu tive que aprender em casa, na base da palmatória, o ABC.

V.A. – E quem ensinava?

P.C. – Minha mãe.

V.A. – Já tinha que chegar no grupo escolar sabendo ler e escrever?

P.C. – No ponto de vista dela. Então, quando eu chego lá, no primeiro momento, tinha um probatório: você entrava em uma sala de aula, com várias crianças e uma bateria de examinadores do grupo escolar. O esquema não era bem entrevista, mas na verdade era. Porque fazia aquela história de provocar um e sair fazendo pergunta. Depois de um determinado tempo, papel na mesa e lápis e vamos a um questionariozinho.

No meio do teste, quando eu entreguei a primeira parte do teste, me disseram: “Não é para você estar nesta sala. É para ficar na outra sala, porque você já é alfabetizado.” Então eu já fui para o primeiro ano. Aí, no primeiro ano teve algum sofrimento por conta de que eu era, entre aspas, precoce – era mais novo para estar naquela posição. Eu era um menino comportado...

V.A. – Os outros encarnavam... É isso?

P.C. – Toda sexta-feira eu tinha que ir para a frente do bureau porque eu era o mais bonito... Porque minha mãe, como costureira, na época, eu só ia para a escola na sexta-feira vestido de linho, bem arrumado e tinha que ficar com o vinco da roupa até voltar para casa. Essas coisas...

V.A. – Nossa! [risos] Que sofrimento!

P.C. – Mas tudo bem. No terceiro ano, eu esculhambei tudo, virei moleque igual aos demais e acabou-se. Tinha um prejuízo, logo no começo, que eu era chato porque falava melhor que os outros. Um drama. Aí, vamos embora.

Quando foi para fazer o exame de admissão – que hoje tem outro nome –, eu fui levar a minha mãe para fazer exame de admissão e quando cheguei lá, o padre me conhecia e falou: “Por que você não quer fazer?” “Ah, não estudei para fazer, não. Minha mãe é que vai fazer exame de admissão.” “Mas entra aí e faz tua prova também.” Eu passei, minha mãe perdeu. Primeira bronca. Mas logo em seguida, seis meses depois, tinha outro teste e ela passou. Aí começou o processo de acompanhamento por minha mãe – meu pai já havia feito o quarto ano. A partir do admissão, já entra esse novo processo.

V.A. – E como o senhor chegou na arquitetura?

P.C. – Bom, quando eu fui fazer o ginásio, a escola tinha um ano de vida. A minha mãe era da primeira turma desse colégio: Colégio Estadual Humberto Mendes. É a história de um político que foi assassinado com a confusão do impeachment de Muniz Falcão, em Alagoas. Na crista dessa onda.

Então, na época em que eu entrei – era 1961 –, eram só 500 alunos na escola inteira. E era um colégio grande, um colégio estadual. E a convivência era sempre com o grupo de professores. Eu considero que tive uma boa equipe de professores, no período do ginásio. No científico, já teve alguns problemas, mas no período de ginásio, tive um grupo de professores bons. Cidade pequena, aquela história de que quem representava a intelectualidade da cidade era o pessoal de Banco do Brasil, juiz de direito... Esses eram os professores de História, Matemática, essa coisa toda. E nesse meio tinha uma professora com quem, no primeiro momento eu não tinha grandes

ligações, que era uma figura bonita e muito amiga de todo mundo. Todo mundo da turma gostava muito dela. E eu paquerava muito conversar com ela. Tinha outro professor, de Química, que era o cara que oportunizava a gente, dr. Hélio. Porque a gente não tinha onde buscar livro pra ler – aquela história de ler o jornal três dias depois. E ele disponibilizava a biblioteca dele para a gente. E a gente teve que aprender xadrez primeiro, para poder mexer nos livros dele. Ele ensinava xadrez para a gente. Era a satisfação dele, porque não tinha filhos. O esquema era a gente poder estar ali, interagindo com ele através do xadrez, mas paquerando a biblioteca.

E nesse esquema a gente foi ampliando a história de ler dos outros professores também. Até que eu cheguei junto dela. Ela tinha feito o curso de arquitetura, voltou para lá para ensinar Desenho. E, quando cheguei no ginásio, a gente ia conversando devagarinho, conhecendo as bibliotecas, o que cada um fazia – cada professor trabalhava em uma área... O professor de Matemática era um sujeito que estimulava muito a gente com Lógica. E tinha um outro padre que dava alguma coisa de Filosofia para a gente, sem ser um curso formal – era eletiva – mas a gente fazia porque era esquema de desafio. Juntava um grupo para ficar desafiando com algumas interpretações. E, a partir dessas relações, iam provocando todo mundo, no sentido de “O que mais é preciso?” E nessa história a gente chega no científico.

Quando chega no científico, vem a grande decisão. À época não era a situação de hoje, em que o terceiro ano científico acabou. Agora é o pré-vestibular. A provocação para a gente era no primeiro ano: “O que é que você vai fazer?”

V.A. – Para poder escolher científico ou clássico, não era isso?

P.C. – Exatamente.

V.A. – Tinha que saber se ia para a área de humanas...

P.C. – Nesse processo, eu cheguei no científico, escolhi Engenharia. “Vou fazer isso aqui.” Começamos a evoluir essa história, e eu conversando muito com Lea, que era essa professora.

V.A. – O senhor se lembra o sobrenome?

P.C. – Lea Leão Rego. E ela começou a apresentar o que fazia a engenharia e o que fazia a arquitetura. E nós éramos muito ligados porque, quando chegou no momento do científico, a turma se reduziu. Na época, o MEC trabalhava com a classe de até com 21 alunos, mas não tinha condições de fazer só isso. A minha primeira turma já tinha 32 alunos. E quando chegou no científico, inverteu-se. No começo do científico, a turma era pequena. E a turma que se interessava por Desenho Geométrico, Descritiva, essa coisa toda que era pré-requisito para o vestibular de arquitetura se reduziu mais ainda. Então a aula era mais um papo, era mais uma conversação. E provocação: tinha o livro básico de Descritiva e todo mundo tinha que saber tudo. Então, o desafio era chegar na aula seguinte com alguma informação que fosse para complicar a vida da professora. Nessa brincadeira, durante o ano, nós vencemos o livro. A gente sabia tudo, sabia inclusive onde a edição tinha erros de resposta, de formulação da questão...

V.A. – Isso tudo é um colégio estadual, em Palmeira dos Índios?

P.C. – Colégio estadual. Em Palmeira dos Índios.

V.A. – Um excelente ensino.

P.C. – É muito interessante. Eu nunca consegui aprender – eu comecei umas quatro vezes, tanto na escola, como fora da escola – francês e inglês. Não consegui aprender nenhum dos dois. Não era a minha.

Aí, terminado o científico, era aquela história: ou vai pra Maceió... Mas Maceió não tinha arquitetura. Só tinha Recife ou Salvador. E a lógica para mim foi a seguinte. Ainda quando estava terminando o quarto ano de ginásio, eu já estava trabalhando, escondido. Só depois do primeiro salário foi que souberam que eu estava trabalhando.

V.A. – Fazia o quê?

P.C. – Eu trabalhava como operador de som, da rádio local.

V.A. – E escondido por quê?

P.C. – Porque meu pai não queria que eu trabalhasse, queria que eu estudasse. Quando eu terminasse o curso é que ia providenciar esse negócio de trabalhar. Mas depois do primeiro mês...

V.A. – O senhor tinha quantos anos?

P.C. – Deixa eu ver. Era começo de 1964 mais ou menos. De 48 para 64 daqui a pouco eu digo...

V.A. – Também não sei fazer essas contas, rápido.

P.C. – Nessa questão do trabalho, éramos oito amigos de escola. Eram três ricos – na situação da cidade eram três com família de dinheiro – e o resto, “a perigo”. E eu estava no meio desses “a perigo” aí. Mas a gente se juntou, alugamos uma casa e começamos a juntar as coisas para poder vir para Recife. A decisão de Recife ou Salvador é porque a gente tinha medo de ir para Salvador. O atabaque e a beira da praia podia ganhar a gente, e a gente não ia estudar.

V.A. – Mas Recife também tem praia.

P.C. – Pois é. Mas aí é outra história, outra realidade. Neste período, pelo fato de estar trabalhando na rádio é que proporcionava a grana para comprar cama, isso e aquilo. E montamos todo o equipamento de uma casa. E os ricos tinham um trânsito com Recife – porque tinha uns colegas anteriores que já estavam estudando em Recife – então faziam a ponte. E todos os sete foram antes de mim. Inclusive, teve uma passagem interessante da ida. Porque a moçada que tinha dinheiro, já tinha viajado, zero problema. Só a questão de sair casa, esse negócio todo. E eu só avisei em casa que ia sair de casa para estudar fora e me virar de qualquer jeito no último mês. Quando chegou dezembro, o presente de Natal que eu dei a minha mãe foi dizer que ia sair de casa. Aí ela chorou a parti daí até quando eu saí. Olhava para mim e chorava. Meio chantagem para não sair. Meu pai queria que eu ficasse: “Você pode ser bancário aqui. Faz o concurso...” Eu digo: “Não, vou dar uma disparada.”

Dos que saíram primeiro, teve um colega que foi preciso a gente carregar e botar dentro do ônibus, senão ele não ia. Era um dos pobres, que não estava querendo ir... “O que vai acontecer?” Eu digo: “Vamos lá e depois a gente resolve. Lá a gente decide o que vai acontecer.” E eu tinha um problema, porque era asmático – tinha que experimentar para ver se eu ia me dar bem em Recife. Temperatura diferenciada, o que ia acontecer? Mas não tive nada, passei os primeiros quinze dias em Recife, nesses quinze dias já consegui trabalho.

Eu queria sair de casa com dois ofícios: eu desenhava e trabalhava com essa questão de som. Quando cheguei lá, fui me mexer no que era mais fácil que era o som. “Vou procurar em rádio aqui, ver no que dá.” Mas findei parando na televisão...

V.A. – Na televisão?

P.C. – Na Tupi. Trabalhei na Tupi um bocado de tempo.

V.A. – Que interessante! No iniciozinho da televisão...

P.C. – Da Globo. Da Globo colorida. A Globo chegou um ano depois que eu estava em Recife. Mas eu trabalhei nos Associados, na Tupi.

V.A. – Diários Associados.

P.C. – Era aquela questão de se segurar. Tinha que sair de casa e arrumar um emprego para poder segurar a onda... Mas ainda me bancaram durante um ano. Dava para pagar a pensão a Casa do Estudante. E eu toquei o bonde, vim para fazer Arquitetura. No primeiro ano eu peguei a mudança, a virada do [regime] seriado para o crédito. O primeiro ano foi um terror. Aquela história de que chegava o final do ano você tinha que fazer um probatório. Era o segundo vestibular. Você passava no vestibular, fazia o primeiro ano e quando chegava no fim do ano tinha um probatório para saber para onde você ia. Então, já na matrícula, você tinha que fazer três opções. E eu fiz aquela opção suicida: arquitetura, arquitetura, arquitetura. Deram uma chiada... A secretária da escola: “Você não pode fazer isso.” “É isso que eu vou fazer. Se não passar, não passei. Mas eu quero arquitetura, vou botar as três arquitetura.”

Bom fiz o vestibular a primeira vez, perdi. E tinha aquela história, tive que negociar: no primeiro ano eu pude pagar o cursinho, mas no segundo ano não pude pagar. Como fiz um bando de amigos no cursinho, o cursinho ofereceu uma bolsa para quem fizesse um teste e passasse. E eu fiz e perdi. Mas uma amiga minha, rica, fez o teste e passou e passou a bolsa para mim.

V.A. – Mas eu não entendi, esse cursinho era para entrar na faculdade?

P.C. – Era o pré-vestibular.

V.A. – Então, o senhor foi para Recife sem ter ainda a garantia de que teria vaga na universidade federal. O senhor foi para tentar o vestibular.

P.C. – Fui fazer vestibular. Então, fiquei com bolsa no cursinho. Fiz o segundo ano, fui aprovado, aí o pagamento de parte da bolsa eu fazia sendo fiscal de prova do próprio cursinho. Das turmas de primeiro e segundo ano. Aos sábados, ficava sendo fiscal de prova para poder pagar parte da bolsa. A bolsa me dava todo o material e me dava a minha mensalidade mesmo, mas eu tinha que repor algumas coisas.

Então, os professores eram meus amigos, ajudavam...

[FINAL DA FITA 1-A]

V.A. – ...“arquitetura, arquitetura, arquitetura” era para passar para o vestibular?

P.C. – Para o vestibular. Tinha que ser. Quando eu passo, no segundo ano, seis meses depois que eu comecei na escola, eu tive que sair do trabalho. Eu não conseguia compatibilizar, porque a arquitetura exigia os dois horários, em alguma parte da semana. Então, não tinha compatibilidade. O pessoal ainda quis que eu ficasse, mas não dava, de jeito nenhum. Foi quando, um tempo depois, chega a Globo, me chamaram para trabalhar. Eu digo: “Mas não vai dar, porque eu tenho que ficar na escola, cuidar da vida.” Então, eu me arrumei na escola, no esquema de formar outro grupo, exatamente para trabalhar com a questão do desenho. Que, à época, em Recife, havia escritórios de arquitetura suficientes para absorver contratações temporárias. Então, nós fizemos um grupo que tinha, entre aspas, especialistas em várias áreas do desenho de arquitetura e

ficamos oferecendo nos escritórios. Aí era tranquilo, não tinha problema nenhum, tinha trabalho sempre.

V.A. – Não tinha problema de horário de trabalho...

P.C. – De forma alguma. E a gente negociava o seguinte... Era todo mundo da escola, praticamente. Tinha que era um boliviano, Felix, que fazia as perspectivas, maquetes, essa coisa toda; tinha o pessoal de cálculo – depois que o desenhista terminava a parte dele, o cara sentava e toma contar aquilo tudo, que era um trabalho difícil. Hoje é uma beleza. Então, isso foi o que me segurou durante o curso inteiro.

V.A. – O senhor entrou na faculdade em que ano?

P.C. – 1971.

V.A. – Então, o senhor foi fazendo o curso, com esse grupo de prestadores de serviço...

P.C. – Exato. Essa era a forma de a gente se manter. Junto a isso, está essa história dos sentimentos, nessas relações interpessoais. Da vida, em geral. Em Palmeira, já tinha algumas provocações: “Por que é que negro vai fazer arquitetura? De onde você tirou essa ideia de fazer arquitetura?” A partir daí você já tem um acervo[?] razoável em relação a isso.

Bom, eu estava preocupado só com a escola e, quando termina a escola vinha aquele outro drama que é o seguinte: “Vai fazer o quê?” Aí, de novo, a relação, na própria atividade profissional, que é aquela história: arquiteto, para ter mercado, é preciso ter um anjo da guarda, ter quem banque. Niemeyer teve Juscelino para bancar ele. A outra coisa é o serviço público.

Toda a turma, de 85 iniciantes... Eu terminei na segunda turma, éramos 17. Desses, no meio de dezembro, fim do curso, quinze já estavam empregados – sobrava eu e mais outro. E apareceu um trabalho para ir para a Paraíba, para trabalhar em uma empresa da administração indireta do município de Campina Grande. Eu recebi essa informação e abri para a sala: “Olha, apareceu esse trabalho aí, vamos ver como é que faz, vamos ver se a gente dá uma resposta a isso.” Aí, todo mundo: “Não, está todo

mundo empregado...” A pessoa que estava desempregada igual a mim não se interessou, eu digo: “Eu vou para a Paraíba. Vou meter as caras lá.” E fui trabalhar na Paraíba. Aí entra a minha mãe de volta em cena, de maneira firme: “Agora, você tem que ter carro, tem que virar um homem sério, tem que casar...” Aquela cadeia natural das...

V.A. – Das cobranças.

P.C. – É. Da leve e delicada pressão. E é exatamente o momento de vida em que você terminou a escola, está mais para fazer bagunça durante um tempo para poder, depois... Embora, pensando em estudar, em se estruturar minimamente, marcar uma referência para poder, a partir daí dar uma relaxada, fazer outras coisas e tal. Foi no meio de 76 que eu saí da escola, em 78 eu já estava com uma filha.

V.A. – Lá em Campina Grande?

P.C. – É, mas a mulher estava em Recife. Ficou em Recife porque não dava para levar para Campina Grande. Só quatro meses depois é que consegui uma casa, essa coisa toda... E o primeiro período que eu vivi na Paraíba foi meio assim... Aquela história, o trabalho era um trabalho que levaria, naturalmente, mais de um ano de ação constante. Era um trabalho para o Banco Mundial e para a Caixa Econômica Federal.

V.A. – Era para fazer o quê?

P.C. – Era projeto urbanístico para a cidade de Campina Grande: habitação, lixo, trabalho de renda... Aquele leque, pacote famoso do Banco Mundial. E era uma equipe grande; nós morávamos dez, mais ou menos, em uma casa só – uma casa imensa. Aí tinha aquela coisa de dividir por todo mundo as tarefas, coisa e tal. A cada mês, dois ou três tomavam conta da feira... Só quatro meses depois é que eu consegui uma outra casa para poder levar a mulher, a primeira filha e o segundo na barriga.

V.A. – Já?!

P.C. – Já. Aí passamos mais quatro meses... Em Campina Grande, eu passei três anos e pouco e, nos últimos quatro meses, quando a mulher foi para lá, a empresa vai e demite

todo mundo. Depois que recebeu a primeira parcela do dinheiro: noventa e poucos milhões. Aí não precisava mais da gente, já estava tudo feito. Conseguiu capitalizar, resolveu o problema...

V.A. – Como era o nome da firma, o senhor se lembra?

P.C. – Condeca². Era uma empresa ligada à prefeitura da cidade. A função dela era empresa de urbanização de Campina Grande. Porque, na época, a estrutura administrativa fazia o seguinte: a direta não tinha condições de ser ágil – ainda hoje a gente tem um pouco essa dificuldade em termos municipais – e as indiretas dos municípios é que tinham capacidade de fazer contratos rapidamente, desenvolver licitações com mais velocidade, essa coisa toda. Isso aí era o grande peso de obras de qualquer município, era você tem uma empresa dessas.

V.A. – Bom, demitido?

P.C. – Volto para Recife. Quando a gente volta para Recife, foi naquele esquema de botar tudo em um container, quando puder abrir, abre. Por coincidência, o titular do grupo em que eu trabalhava na Condeca foi chamado por empresa similar, em Recife. A Empresa de Urbanização do Recife. Quando ele foi chamado, fez uma seleção do time que estava em Campina Grande e disse: “Olha, eu preciso de mais pessoas e tal.” O presidente dessa empresa, na época, era um ex-professor meu – eu brigava muito com ele – e de repente o cara chega lá em casa em diz: “O presidente mandou lhe chamar.” “Tudo bem, vamos lá falar com o presidente.” No outro dia de manhã, quando eu chego lá para falar com ele, digo: “Paulinho, o que é que tu quer?” “Não, queria conversar com você para saber se você fica aqui no grupo de trabalho, a gente está evoluindo isso, isso, isso. Eu soube do trabalho que você fez na Paraíba e coisa e tal.” [?] “Não fui eu que fiz o trabalho, quem fez foi um grupo inteiro – tinha mais de vinte pessoas trabalhando.” Meteu a mão embaixo do bureau: “E esses trabalhos aqui, o que é que você acha? Quem foi que elaborou isso aqui?” Minha função era mais campo, fazer levantamento, atualizar cartas essa coisa toda. Aí ele disse: “Eu quero que você fique

² Conselho de Desenvolvimento de Campina Grande

aquí.” Aí, pronto! Pouco tempo depois, dentro do mesmo mês, eu estava empregado de novo.

V.A. – Lá em Recife?

P.C. – Lá em Recife. E armando todas aquelas coisas, morar junto da sogra... E metendo bronca. Nesse período é que volta – na Paraíba já tinha alguns sinais disso – a discussão da negrada, como se movimentava e tudo mais. Além do sentimento de antes.

V.A. – Como era esse sentimento de antes?

P.C. – Todas as discriminações vividas, naturalmente, pela negrada, no Brasil inteiro. Por exemplo, na escola, quando eu era o bonito da sexta-feira que podia ir lá para a frente, tudo muito bem; mas eu era magérrimo – pesei, até há bem pouco tempo, 59 quilos – aí era todos os apelidos, vinculados a essa questão da cor. Isso é um lado.

V.A. – Como eram os apelidos?

P.C. – Tinha tudo. Tiziu, que é um pássaro preto e de canela bem fina, como qualquer pássaro. Vários outros. Isso é um lado da história. Quando eu estava para vim fazer vestibular, tinha um pessoal, a equipe que trabalhava com meu pai na repartição e no meio tinha uma figura loiríssima. E uma das perguntas para mim, quando eu estava fazendo segundo ano científico, era exatamente a seguinte: “Que curso você vai fazer? Por que não faz agronomia? Porque você pode voltar e trabalhar aqui...” Digo: “Não, vou fazer arquitetura.” “De onde você tirou isso?” Digo: “Eu estava pesquisando e vendo se era interessante ou não era interessante e eu quero fazer isso.” “É, mas para onde vai um negro fazendo arquitetura?” Eu digo: “A gente vai ver lá na frente. Agora não dá pra saber...”

A.P. – E na universidade?

P.C. – Na universidade tem uma situação interessante que é a seguinte. No cursinho, eu cheguei e era a atração. Por duas razões: por ser preto e porque eu andava fardado com a

roupa da televisão. Eu não tinha dinheiro para andar com... Por exemplo, se eu ia trabalhar no turno da tarde, de manhã no cursinho eu estava fardado. Com o indiozinho no bolso.

Na universidade, da minha turma, por conta dessa mudança do sistema, iniciamos com 85 alunos, dos 85 tinha cinco pobres e coincidentemente eram os cinco pretos. Mas não tinha nenhuma afronta do pessoal da Escola de Arquitetura de uma maneira geral, não tinha grandes problemas. Mas você vivenciava algumas situações de ir para a casa do colega estudar. Como eu era bom em Descritiva, era o cara requisitado para ir para qualquer canto; como eu era o bom na roda de samba, então também era aceito nesse negócio. Pelo fato de ter trabalhado em rádio, ter trabalhado em televisão, o gosto musical era mais parecido com algumas personagens nessa relação. A atração era muito essa: “Quem vai botar o som de tal farra é você.” Então, eu sempre estava no esquema dessa natureza.

No momento seguinte, quando chega 78, 79, é exatamente quando aflora no país inteiro a ideia do movimento negro se recuperando. Do Movimento Negro Unificado, do [Candacar], essa coisa toda. Então, isso chama a atenção. A necessidade de ler mais sobre a história para poder estruturar e ter como conversar. E o encontro das pessoas: gente da saúde, gente da universidade de maneira geral, gente do núcleo que trabalhava a questão racial – questão racial, não, a questão do negro, à época – dentro da universidade. Aí começamos a sentar e dar uma conversada. Acho muito interessante porque, até hoje, você tem quase que a mesma situação: as visões diferenciadas e a dificuldade de juntar para poder sentar e dizer “O problema da gente é esse aqui e é aqui que a gente tem que centrar fogo, para depois você tratar as diferenças. Quais são as nossas diferenças mesmo?” A base da história é essa. Então, desde ali que tem muito essa coisa.

Aí, andamos praticamente o Nordeste todo com um grupo de trabalho. E voltamos para a Paraíba para conversar com o pessoal lá. Fazendo outras viagens e se impostando mais diante de todo o momento, do dia-a-dia mesmo. No momento em que você, lendo a página policial do jornal, tem um olhar diferenciado do olhar simplesmente do bandido, essa coisa toda. A coisa vem sendo trabalhada muito neste sentido.

No trabalho do movimento, a grande preocupação era exatamente a seguinte: como se colocar em relação, por exemplo, à questão dos quilombolas. A gente

consegue, através do MNU, fazer alguns levantamentos. Aí, de novo, para mim, pessoalmente, tem a dificuldade de você fazer identificações não muito corretas, querer de toda forma dizer que ali está um quilombo... Então tinha que trabalhar algumas coisas dos símbolos, tinha que trabalhar algumas coisas das relações interpessoais, mesmo, com essas pessoas... Por exemplo, quando a gente ia conversar com o pessoal da academia, da universidade, tinha grandes problemas, que era aquela história: se eu não li, vai ser difícil tratar dessa informação, se eu não tenho maior aprofundamento. Então, neguinho que tinha maior aprofundamento catava a informação para ele. Então, você ficava tendo que intuir. Tem disputas do tipo: tinha um colega nosso – inclusive já morto – que escondeu tudo que tinha de Pierre Verger, que ninguém podia... Só via a capa do livro. Ele não emprestava, nem lia junto, nem fazia com que as pessoas observassem...

V.A. – Mas era um colega do movimento?

P.C. – Do próprio movimento.

V.A. – Por quê?

P.C. – Mil coisas. Cabeças, não é? Depois vem a história da lógica política do problema, da percepção disso e tal. Bom, a evolução dessa questão toda é aquela história de buscar lei, buscar trabalhar, buscar ir conversando com os outros e tudo mais. E a gente chega no período...

A.P. – Quando é fundado o MNU em Pernambuco?

P.C. – Em Pernambuco é 1979. Você pode botar 79 – porque é entre 1978 e 79. Uma coisa interessante de observar é que o MNU, na hora que dispara o processo, nos meados dos anos 70, já dispara para o país inteiro. Aí ficou aquele negócio meio PCB clandestino. Você sabia que tinha um núcleo em tal canto: “Vamos lá conversar.” “Vamos conversar ali.”

A.P. – Vocês tinham contato com o pessoal de São Paulo?

P.C. – Eu, pessoalmente, não. Mas as pessoas tinham informações nesse sentido. A preocupação, pelo menos na minha cabeça era ver, ali, como a gente identificava os indivíduos que concordavam com aquela estrutura e aquela forma de conversar. Inicialmente, era papo mesmo, tipo sarau, para depois você... “Como é que faz uma ação?” “Como é que a gente chama uma pessoa para vir conversar?” Através desses mecanismos é que você vai chegando às outras figuras.

No caso de Pernambuco tem uma coisa carregadíssima para discutir esse negócio, porque quem começa institucionalmente, botando a cara para falar sobre isso é a moçada ligada ao mestre Freyre.

V.A. – A quem?

P.C. – A Gilberto Freyre, com a lógica dele, da campanha do embranquecimento e da democracia racial e vai por aí a fora.

A.P. – Esse pessoal do MNU?

P.C. – Não, o pessoal ligado à Fundação, a Fundaj.

A.P. – Fundação Gilberto Freyre?

P.C. – Não, é Fundação Joaquim Nabuco. Mas a base freyreana está lá dentro. Inclusive foi desalojada há pouco tempo. O movimento teve alguns encontros exatamente sendo convidado pelos doutos da Fundação para alguns papos. Eu fui conversar algumas vezes lá. Aquela história: “Bota um desses meninos aí para dizer alguma coisa.” E me botaram de frente para o historiador – não me lembro o nome dele, agora – que era o renomado nacional. E tivemos uma conversa um tanto quanto dificultada, porque ele tinha uma visão e eu tinha outra. Eu simplesmente ouvi e depois expus calmamente o que eu achava. E não foi agradável, porque acho que foi surpresa a história de ter o garoto lá, analfabeto no tema, indo em cima das questões centrais. Então, não agradou muito.

V.A. – O que ele falou? E o que o senhor disse?

P.C. – A colocação era a defesa daquele raciocínio de Gilberto Freyre e era como se o restante da sociedade tolerasse, humanitariamente, a presença do negro no seio da sociedade. Eu simplesmente comecei a estabelecer relações das famílias – o que era família, quem é pai, quem é mãe, quem é filho, como é que isso se forma, como se constitui – e depois eu amplio para o restante da sociedade – o que é que um governo, um gestor, o que a nação tinha que ler do conjunto, já que ela diz que é multiétnica: tem filhos diferenciados? Aí não agradou, porque comecei a questioná-lo em cima da lógica dele. E fazendo as relações da cana-de-açúcar em Pernambuco: quem estava na palha da cana e quem estava dentro da casa do senhor de engenho. “Vamos identificar isso? Vamos inverter: como é que a gente faz se o cortador de cana passar a ser o dono da coisa e o dono da cana for cortar a cana? Como é que fica?”

Terminou a sessão, eu saí, aí digo: “Aqui vai ficar complicado.” Quando estou saindo para ir embora, ele manda me buscar para conversar de novo: “Gostei muito das suas colocações...” Eu digo: “Então, quer dizer que era cena lá. Se as minhas colocações são boas, lá era cena.” Aí virou outro debate...

V.A. – Agora pegando o gancho dessa chamada democracia racial, a gente tem entrevistado algumas pessoas que, como o senhor, não são negras, não têm a cor negra. E elas dizem para a gente que, no início, ainda iludidas com essa democracia racial, se negavam a se ver negras e achavam... “Sou moreninho de praia. Não sou negro.” E depois, dentro do movimento... A gente chama até de tomar consciência da negritude. Mas o senhor está dizendo que desde o começo o senhor era identificado como negro e se achava como negro. Já lá no interior do Alagoas.

P.C. – Sim, sim.

V.A. – O senhor não teve essa ilusão de que “eu sou moreninho”?

P.C. – Não. Eu tenho exemplo de casa, uma passagem interessante. A maioria de minhas tias morava no Sul e, em determinado momento, foram visitar minha mãe e ficaram todas lá em casa. Passaram uma tarde – minha mãe era cabeleireira, como eu citei – esticando meu cabelo. E eu fiquei lindo. Com pastinha e tal, fiquei parecendo

James Dean. E passaram a tarde se divertindo. Eu, na condição de filho – tinha uns 14 anos mais ou menos –, não tinha que chiar. Não era dado esse direito.

Então, depois da operação, todas as tias achando ótimo, minha mãe também, eu cheguei para o meu pai – meu pai sempre usou chapéu – pedi emprestado um chapéu e pedi um dinheiro. “Você vai aonde?” “Vou ali e volto já.” Fui lá no barbeiro, que era conhecido da família e disse: “Dá uma máquina zero.” E o barbeiro: “Mas, Pedrinho, está tão lindo! Não faça isso.” Eu disse: “Você não quer ganhar dinheiro.” E sentei na outra cadeira e disse: “Pode raspar.” Depois que deu zero, botei o chapéu e voltei para casa. Foi um escândalo! Porque estava bom, não sei o quê...

V.A. – Então essa consciência não vem de casa.

P.C. – Isso era uma misturada. A gente precisa trabalhar com a ideia...

V.A. – Quero dizer que o senhor não tem essa consciência de casa.

P.C. – Tenho.

V.A. – Porque o senhor assumiu que não podia ter cabelo liso, mas a sua mãe achou lindo.

P.C. – Deixa eu voltar um pouquinho mais, porque eu não citei esse fato. Meu pai foi posto para fora de casa pelo meu avô, porque era um dos quatro pretos de casa.

V.A. – Pelo pai dele?

P.C. – Pelo pai dele, que era um galego, maior que eu, dos olhos azuis. Só que minha avó era aquela preta imensa, D. Belarmina. E ele botou para fora de casa meu pai, meu tio João, meu tio Antonio e tia Pastora. Tia Pastora era preta que, se ficasse em um canto de parece, escuro, você só ia identificar se ela abrisse os olhos ou risse. Gente muito fina. Mas ele botou para fora, todo mundo. Meu pai foi criado pelo irmão.

V.A. – Um desses tios que também tinha sido botado para fora?

P.C. – Exatamente. Era mais velho, tio João. É muito interessante, que eu tenho um primo-irmão que é Pedro também, em homenagem a meu pai, filho dele, mas ele botou lá para casa para ser criado pelo meu pai.

V.A. – Filho do tio João?

P.C. – Isso. Que é Pedro também. É meu irmão. Chegou lá em casa, com onze anos de idade.

A.P. – Então, seu pai tinha essa consciência da negritude...

P.C. – Mas ele ficava quieto, na dele, não chiava. Eu é que sabia da história.

V.A. – Como o senhor sabia dessa história?

P.C. – Porque era contado pela minha tia Pastora. Ela abria o jogo. Meu pai ficava plantado na dele; sofria todas as consequências, mas ficava na dele. Tanto que, no momento em que essa loira, colega dele de trabalho, fez essa observação, que eu respondi, ele ficou quieto. Quando chegou em casa, ele veio me perguntar: “Por que você precisa afrontar?” Eu digo: “Porque ela precisa ouvir.” Mas ele era muito quieto, nada dele, ressentido com essa história – ele não contava essa história de ter sido posto para fora de casa.

V.A. – Com quantos anos ele foi posto para fora de casa?

P.C. – Ele tinha doze anos, eu acho. Por aí. Meu tio tinha quinze, foi quem criou ele.

V.A. – Mas eles foram para onde?

P.C. – São muitas histórias. É a história do favor. Daquela sinhazinha que: “Não, podem ficar aqui, eu cuido de vocês.” Por aí.

V.A. – E a mãe do senhor não era negra.

P.C. – Era também. Agora minha mãe e a família da minha mãe tem muito mais uma ascendência cabocla. Negro e índio, de cara redonda. Cara de lua. O que é interessante é o seguinte: os dois moravam um em frente ao outro – meu avô paterno, merceeiro, e meu avô materno, merceeiro também. Só que um era considerado aquele sujeito que mandava o filho no Bigode: “Seu Manuel mandou buscar isso.” Pronto, tava resolvido. O que ele pedisse, era atendido. O outro era meio presepeiro. O pai do meu pai era meio arteiro, como se diz. E essa junção, o morar junto, traz muito... Uma família tinha doze filhos, a outra tinha quinze. Imagine a confusão.

V.A. – Mas a mãe do senhor também não tinha essa coisa da negritude.

P.C. – Não, exatamente. De jeito nenhum. Ela sempre defendeu que os filhos são mais bonitos, mesmo. E eram tendendo para branco. Sempre defendeu.

V.A. – Mas o senhor nunca entrou nessa história de tendendo para branco.

P.C. – Negro é negro e branco é branco. Não tem isso. Eu acho que tem um lado do meu pai que pesa nessa história. Porque, na condição do tipo de trabalho que ele exercia... Por exemplo, na frente da minha casa tinha uma favela – que hoje eu sei o que é – e eu vivia brincando na rua, com a meninada da favela. Eu não brincava com a moçada tida como classe média. E isso era uma das queixas da minha mãe. Por exemplo, aniversário. Meu aniversário sempre foi muito festejado e tal. E tinha o bolo, de tarde, todos os meninos tinha que estar bonitos e limpos, para depois se sujar comendo bolo. E o que eu fazia? Normalmente, eu fugia. Não demorava muito. Em alguns aniversários eu ainda consegui soprar as velinhas, nos outros eu disparava com metade do bolo e ia comer com o filho do trocador de cavalos, com a moçada.

Tanto que tinha uma senhora, D. Antonia, que, quando eu chegava lá, dizia: “Meu filho, você está com espinhela caída.” E ia rezar...Arrumava o galhinho de arruda dela e ia rezar. “Você vai ficar bom.” Aí, quando estava com dor de cabeça dizia: “Tu não tem uma Cibalena, não?” Meu pai, como era laboratorista, tinha muito sulfato ferroso em casa, esses negócios todinhos. Ia lá em casa, pedia a ele e levava. Essa

relação era uma coisa que me estranhava muito porque era que se discriminava a moçada porque não tinha dinheiro. O cara não roubava, não fazia nada. Fazia o serviço dele, o que era possível fazer. Então, acho que está bem por aí, com a questão desse olhar. Por exemplo, a discriminação na sala de aula, não só da questão da negritude, mas também de outras atitudes. Por exemplo, eu sempre briguei com professores e colegas de sala de aula com essa história de o camarada zonar porque alguém fez uma pergunta boba. Nunca passou batido. Nem na universidade nem em canto nenhum. O cara está lá para aprender, então ele tem que perguntar tudo, do jeito que ele entender. Depois, o professor que está lá, que é o douto, é que tem que passar a bola e dizer: “Olha, a situação é essa, não é bem assim. Na página tal tem isso...” E dar o encaminhamento. Eu nunca admiti neguinho ridicularizar o outro porque fez pergunta besta. Não gosto, por exemplo, de alguém cair e todo mundo rir. Não é a minha. Não faço isso de jeito nenhum. Fico irritado. Porque é pegar você no momento em que você está mais fragilizado. Então, tem essas coisas. A história da roupa me pesou muito, porque minha mãe também era boa costureira – hoje não está conseguindo mais costurar, mas era boa costureira – e eu era o cara mais elegante mesmo. O ponto-de-cruz do bolso da minha camisa [da farda?] era o melhor possível. Por isso eu digo que, depois do segundo ano de escola, eu virei o maloqueiro exatamente por isso: “Eu tenho que ser, pelo menos, igual aos outros.” E uma coisa me persegue: aquela coisa de que eu falava bem. Porque meu pai me obrigava a ler o dicionário. Se você chegasse em casa e perguntasse: “Qual é o significado de tal palavra?” Morreu. Pegava o dicionário, sentava você calmamente e dizia: “Agora procure aí. Começa assim, você tem que aprender a ler aqui para saber como é que lê o dicionário.”

V.A. – O senhor estava falando do próprio movimento negro que começou em 78, 79, em Recife. Como o senhor conheceu as pessoas... Porque o nosso trabalho é sobre a história desse movimento. A gente está tentando, inclusive, investigar como as instituições acabaram se formando: o MNU, outras... Como as pessoas se conheceram nesse momento em que não era tão comum ter pessoas do movimento negro. Hoje em dia, não; essa própria conferência aqui...

P.C. – Não tenha dúvida.

V.A. – Mas lá em Recife... Como eram esses contatos? Como o senhor sabia onde ia ter reunião? Essas coisas...

[FINAL DA FITA 1-B]

P.C. – Veja só. Naquele momento, naquele período, na medida em que começa a se organizar o Movimento Negro Unificado no Sul, você tinha flashes para o Brasil inteiro. E tem a história da inserção... Era exatamente o momento da universidade, onde você tem leituras e leituras. No meu caso, especificamente, de ver essa história de algumas injustiças e algumas situações críticas em relação a isso. No próprio convívio dos colegas, homens todos reunidos, na relação, no tratamento com as mulheres, por exemplo. Isso é bem evidente. Eu volto àquela história do interior, da vivência de quem era a bonitinha, quem era... Tem esse ponto. Juntando essa história da notícia do MNU chegando, de uma certa forma ou de outra, no Brasil inteiro, tem os papos da própria escola onde chega um e diz: “Vai ter uma reunião que trata disso e daquilo.” “Vamos lá ouvir?”

V.A. – Então, o senhor ainda estava na universidade quando o senhor entrou em contato com... Ainda estava fazendo arquitetura?

P.C. – Sim.

V.A. – E como o senhor soube das notícias de São Paulo? Por exemplo, daquele ato do Teatro Municipal... O senhor soube disso como? Por intermédio de quem?

P.C. – Isso tem material chegando na mão, pelo próprio pessoal da escola, e chegando por outros caminhos. Na própria história do trabalho, essa coisa toda. Como eu lhe disse, com essa equipe de trabalho de desenho, trabalhava gente da América Latina toda, então eu estava lendo e conhecendo essas coisas todas. A movimentação também vinha por parte da história de que... Nesse período de escola e no período de trabalho efetivo já com arquitetura, no planejamento, a gente também tinha algumas coisas. Por exemplo, quando eu estava em Campina Grande, eu vim para Recife fazer um curso de urbanismo e arquitetura rural, para onde vieram de várias áreas: veio do Amazonas uma

figura muito interessante, veio gente de Salvador e por aí... E, lá dentro, na medida em que a gente estava fazendo o trabalho que tinha que fazer, de estudar o planejamento urbano e arquitetura rural – e envolvia exatamente como é que vai se urbanizar o nosso interior –, entrava aí a história das diferenças e ia evoluindo nesse sentido. A gente tinha que fazer o rebatimento para a universidade. E na universidade, se essa figura ainda está lá hoje – contra as cotas, é muito engraçado ouvi-lo – é um filósofo que toma conta de um núcleo de afrodescendentes na universidade. E foi via ele e Inaldete que é a pessoa que tinha falado que era interessante ser ouvida – Inaldete Pinheiro³ – nós começamos a sentar e conversar. E vem aquela história: no apartamento de um, no apartamento de outro... Sentava e conversava sobre a questão de como resolver o movimento negro em Pernambuco.

V.A. – Não entendi. O apartamento...

P.C. – É o seguinte. Depois desse nível de informação, junto com os meninos da universidade, junto com Inaldete, junto com Silvio Pereira – que é da universidade também –, nós começamos a conversar como o Movimento Negro Unificado poderia se estabelecer em Pernambuco. E aí entra todo um processinho, daquela coisa miudinha: qual a identidade que vai se estabelecer, como é que vai se montar isso e coisa e tal. Então, na minha área, na questão da arquitetura, uma das coisas que a gente também trabalha um pouquinho é que a gente se mete a programador visual. Inclusive os programadores visuais são meio irritados com isso. Aí, fui eu que fiz a primeira camiseta com: “Consciência negra...”

V.A. – Como é a camiseta?

P.C. – Era “Consciência, negro”. E atrás: “Consciência, negra”. Tentando jogar não só com a questão de gênero, mas jogar também com as palavras no sentido de consciência, percepção e “assuma consciência”. E a partir daí, a história de estudar. Quais eram os espaços... Como questionar o 13 de maio? Como reforçar a idéia do 20 de novembro? Tanto que é um negócio, para mim, muito interessante, a evolução dessas coisas. Então, todos esses pontos eram tocados, além das discussões naturais de como proceder

³ Inaldete Pinheiro de Andrade

enquanto movimento. Era muito aquela história de que, para se fortalecer, você tem que ser aguerrido e tinha que contestar tudo que aparecesse pela frente, típico do adolescente. Tinha que fazer esse tipo de coisa. Aí foi trabalhando, foi agregando mais pessoas...

V.A. – Como é o nome desse filósofo que o senhor disse que hoje está lá ainda?

P.C. – Depois você me cobra que eu lhe digo. Pelo menos em *off*, eu lhe digo. Porque não está chegando à cabeça agora.

A partir daí, foram se agregando uma série de pessoas. No período de escola, quando eu conheci minha mulher, a grande amiga dela é uma negra, Teresa França. E Teresa era uma pessoa que também trabalhava com o movimento, através do marido dela, Jorge Morais – ele já morreu. Ele trabalhou no Rio Grande do Sul, se não me engano, por um bom tempo, depois voltou para Recife. Nunca mais tinha tido contato com ele. Mas esse pessoal todinho começou a se juntar... Isso somando com outras personagens: entrou Teresa, entrou Jorge, entrou Adelaide – que é outra figura importante da criação do movimento negro em Pernambuco –, o marido dela que abandonou tudo, desencantou-se com qualquer coisa que trate de negro. A gente fica o tempo todinho implicando com ele, mas ele...

V.A. – Inicialmente ele participava do movimento negro, mas agora não quer mais?

P.C. – Exatamente.

V.A. – O senhor sabe o sobrenome da Adelaide?

P.C. – Sei não, mas eu posso lhe arrumar depois. Essas personagens juntas começamos a movimentar, em termos de Recife e Pernambuco, a leitura sobre todos esses aspectos. E também nesse momento entra uma outra fatia da história: dentro do próprio MNU, você começa a ter as divergências e as diferenças de percepção e de forma de caminhar. Uma é a aquela história de até chegar à luta armada, se for o caso, que é o exagero de: “Agora, vamos guerrear.” “Fora os brancos!” Coisa e tal. Minha mulher, à época, loira de olhos claros, quando chegava em qualquer lugar... Ela foi posta para fora de um

encontro, em João Pessoa, junto com uma grande amiga minha, porque ela é canela – também não era preta o suficiente para estar ali. Chegamos a esses tipos de embates, ao invés de entrar em uma questão mais objetiva de evolução do movimento. Em um determinado momento, outras ações começam a entrar na história. Por exemplo, a questão sindical – porque eu trabalhei um tempão nessa área como sindicalista de arquitetura, que é outra coisa difícil e complicada nas relações e tudo mais. E depois vem o partido político, e aí eu me meto no PT para resolver a história de como a gente cria uma secretaria de combate ao racismo institucional. Que foi criada, está funcionando precariamente.

V.A. – No Recife?

P.C. – No Recife. Inclusive eu tenho uma conversa hoje à noite que versa exatamente sobre isso. Bom, e a evolução é uma história que vai passando por aí. Eu vou me afastando mais do MNU na medida em que eu vou me metendo mais no sindicato e que eu vou me metendo mais no partido. Porque eu sou incapaz de fazer as duas coisas ao mesmo tempo, eu tenho que ir fazendo devagarinho; não no sentido de abandono do tema, pelo contrário. Ocupando outro espaço em cima do mesmo tema, tentando potencializar de uma forma mais objetiva a questão, inclusive em um sentido mais coletivo.

V.A. – Uma das coisas que a gente tem conversado com algumas pessoas, é como, em alguns lugares, os partidos de esquerda não se voltavam para a questão racial no Brasil. A questão era a diferença de classe, mas a questão racial não... E os próprios sindicatos. Então é interessante o senhor explicar um pouquinho como o senhor foi abandonando o MNU, mas não abandonando a causa nessas outras esferas.

P.C. – E sendo enfrentado nessa história. Mas a questão todinha é exatamente o seguinte: quando você chega nessa discussão, por exemplo, das esquerdas em relação à questão do negro, você tem a lógica da base de formação de classe, que todos da esquerda estudaram. O livro é o mesmo e tem interpretações e interpretações. Uma delas é essa história de: “A questão é de classe. Eu não preciso trabalhar esse negócio. Se eu trabalhar a pobreza e trabalhar a questão de classe eu estou resolvendo o problema

da sociedade brasileira como um todo.” E a gente sabe, enquanto negro, que não é bem assim: existe uma construção que precisa ser desconstruída para que a gente consiga chegar a alguma coisa. Isso é muito evidente, mas esse time não quer aceitar. É o discurso da teoria de classes e “Eu li Marx.” Aí, pronto. Isso é o suficiente para dizer “Eu tenho cacife para dizer que é assim. E não o contrário.”

O outro dado é a história da fundação de todas as informações eurocêntricas. O negro tem que perseguir o tempo inteiro a lógica do desconstruir, ou seja, eu aprendo toda a lógica do branco, depois eu tenho que desconstruir esse negócio e criar uma outra leitura, outra estrutura. O exercício é mais ou menos isso. E como fazer isso? Aí tem Octávio Ianni que dá a flechada que eu acho importante, exatamente em cima dos leitores de Marx que interpretaram daquele jeito: quando ele diz que Marx citou a necessidade de trabalhar essa questão, mas não desenvolveu. E que você só vai ter solucionados uma série de problemas nacionais na medida em que o Brasil inteiro, a população inteira, reconheça efetivamente esta situação que foi construída no sentido de carimbar, cada vez mais, o indivíduo como negro ou como isso ou aquilo. É uma construção.

Por exemplo, quando a Igreja disse que negro não tinha alma, qual era a justificativa de Padre Vieira: era para garantir os escravos dele. Não era outra coisa. Isso tornado verdade, tornado ciência, o que faz acontecer? A história de trazer... Aquele Luis Alberto da Costa e Silva, um embaixador brasileiro, diz que o Brasil foi reconhecido independente, inicialmente, por dois países africanos. Mas isso não tem em nenhum registro histórico nosso. Porque o governo brasileiro à época estava querendo legitimidade do inglês, do europeu de maneira geral. Então isso não sai na nossa historiografia. Era o começo do processo da invisibilização. Como é a história da tese do branqueamento que está na cabeça da minha mãe, com a história de ter que espichar o cabelo. Esse conjunto de coisas. Tem uma complexidade razoável.

Eu reconhecer tudo isso hoje não é uma coisa de cinco minutos de reflexão. Porque eu fui trabalhado no sentido de aceitar que a vida é assim mesmo. Questionar, estudar a possibilidade de uma outra forma de realidade: fora de cogitação. É meio por aí. Acho que a grande questão é essa.

V.A. – A gente tem aqui, no nosso levantamento, alguns marcos que foram importantes ao longo dessa história do MNU. O senhor chegou a participar de diretoria do MNU em Recife?

P.C. – Não, não. Sempre membro. Eu sou o encolhido. Outra coisa interessante é que, no movimento, nesses momentos sempre aparecia o grande líder. E eu não sou o de correr...

V.A. – Quem era o grande líder na época?

P.C. – Ciro foi durante um período. Inaldete ainda hoje é um marco, uma figura de referência. Se você precisar conversar sobre isso, ela vai lhe contar uma historinha. Como ela foi a palestrante da nossa primeira conferência municipal, ficou rememorando esse negócio e brincando com todo mundo: Pedro foi quem fez a primeira camiseta... Ela brinca muito com essa questão. Os movimentos que foram feitos para o 20 de novembro, os movimentos eram acanhados em um determinado momento, porque a gente não tinha perna para fazer as coisas. Então, Inaldete é uma pessoa importante que vocês tivessem a oportunidade de conversar. E era importante fazer um contato, por exemplo, por telefone dá para saber o momento em que ela vai a Brasília ou a São Paulo... Acho que seria um momento interessante. Então, era basicamente isso.

Tem uma coisa importante: eu não era uma liderança de aparecer, de assumir diretoria ou qualquer coisa desse tipo, mas era ouvido. Eu trocava muito desaforo com todo mundo que eu concordava ou discordava para a gente chegar a termo. É uma posição que foi se consolidando historicamente, para mim, pessoalmente. Eu não quero o posto, não quero a patente, quero a chance de poder fazer isso que a gente está fazendo aqui: vamos conversar, vamos esclarecer, vamos ver como é. É isso mesmo? Não é? Qual é o melhor processo? Para ninguém se atirar de graça nas coisas.

Eu trabalho muito por aí, inclusive com a meninada lá de casa. Não adianta você se arreentar de graça, precisa saber pelo que está brigando. Você pode até optar por dizer: “Não, vou mergulhar de cabeça.” Mas sabendo o que está fazendo. É muito nesse sentido.

V.A. – O senhor depois se radicou em Recife, ficou?

P.C. – Exatamente. Eu passei 21 anos em Palmeira e agora estou com 57, todos em Recife. Só que fico muito saindo: trabalhei na Paraíba esses três anos... O lugar em que eu trabalho hoje, continua sendo o mesmo para o qual eu cheguei de volta em 79. Mas agora, nesse momento, estou na Secretaria de Planejamento, como assessor do secretário de Planejamento do município. Agora, quando voltar daqui, tenho que ajudar no fechamento do PPA, estou em uma barra pesada com essa história. E, como o município está abrindo agora a perspectiva de ter uma diretoria que cuide da questão da negrada, eu estou aqui, para levar mais subsídios para consolidar essa história. Pronto. Nesse momento, tem uma dificuldade, porque todo mundo acha que eu estou querendo ser o diretor. E eu não quero.

V.A. – Desse órgão municipal que vai ser criado.

P.C. – É, está no projeto que foi encaminhado para a Câmara de Vereadores, semana atrasada, e deve ser aprovado por esses dias. Vai-se criar uma Secretaria de Direitos Humanos e, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, vai ter uma diretoria que vai tratar da promoção da igualdade racial.

V.A. – O senhor falou naquele filósofo que o senhor esqueceu o nome. E que ele não aceita cotas. Quais são os argumentos dele? Ele é negro?

P.C. – É. E se porta como tal. Mas, em relação à cota, ele acha que não...

V.A. – O que ele diz?

P.C. – A defesa dele é a seguinte: negro tem que rebolar para chegar lá como qualquer um. Aí eu começo a encrencar com ele a história da desigualdade preexistente. O cara que teve chance de fazer um curso no tempo real, com as possibilidades e condições ideais para poder fazer isso, comparado com um sujeito que chega agora, de maneira precária, para fazer a mesma coisa; tem que, pelo menos, ter um esforço concentrado, pouco antes do vestibular – que é exatamente o período que o cara tem que se preparar para isso – para poder enfrentar isso mais ou menos em pé de igualdade. Ele tem que ter

alguma oportunidade. A palavra mágica, para mim, nesse processo todo, é a história da oportunidade. Acho que é fundamental que a negrada tenha oportunidade. Ponto. Porque, se tiver oportunidade, se mostra em condições. Está entendendo? Não é diferente de nenhum outro. A questão é oportunidade.

Eu digo bem objetivamente porque trabalhei, no começo, depois da universidade, dentro de favela. E hoje tem um bocado de gente que eu encontrei desse tamanho, catarrento, dentro da favela, que está do tamanho dele, da idade dele. Tem uns que não conseguiram chegar a essa idade: eu tenho uma fotografia em casa que fico brincado de contar quem morreu. Era um time de futebol... Você, em uma favela, com uma máquina fotográfica, correm todos os meninos à sua volta. Eu tinha que fotografar fazer alguma coisa: três, quatro fotos deles, para depois poder fazer o trabalho.

V.A. – Qual era o trabalho? Também planejamento urbano?

P.C. – Planejamento. Recuperação, reurbanização de áreas de favela... Aí eu fiquei um período trabalhando com a questão mais legal da terra: regularização fundiária. Que é serviço brabo de campo, mesmo: medir casa a casa, negociar com os vizinhos. “A biqueira está aqui. Seu terreno vai daqui até aqui.”

A.P. – O embaixador.

V.A. – O embaixador, pois é.

P.C. – Três casas, uma dentro da outra. Como é que você negocia esse tipo de coisa, como é que rearruma isso. E aprontar essa papelada para entregar ao pessoal do jurídico, para o pessoal do jurídico trabalhar junto com o cartório para poder regularizar esse negócio. Isso, no meio da ditadura, não era uma coisa boa de fazer.

V.A. – Mas o senhor fazia isso por aquela empresa? Como era o nome da firma?

P.C. – Exatamente. Urb. Recife, Empresa de Urbanização da Cidade do Recife.

V.A. – Também era uma indireta?

P.C. – Indireta, exatamente. Só que, como era o braço de fazer, a Secretaria de Planejamento era quem tinha a lógica de definir que área da cidade ia tratar disso. E uma das áreas em que eu trabalhei era uma das favelas mais famosas da cidade, que hoje está completamente urbanizada, é um bairro.

V.A. – Como é o nome?

P.C. – Brasília teimosa. É famoso no Brasil inteiro, nas teses de mestrado e tudo mais. Bom, dentro desse encaminhamento você tem coisas bastantes para ver em relação a essa questão da sobrevivência desse pessoal. Você vê garotas de doze, quinze anos, pessoas lindas, mesmo naquele esquema da fome, do atrapalho de vida total. Mas ali tem pelo menos um peixe para comer. E você vê uma menina com vinte anos de idade, que você pensa que tem trinta – tudo arrebitado pela vida...

Acho que eu tenho outra coisa, que não acho que seja de formação, não, acho que é de juízo, mesmo: a história da injustiça. E é bom mexer nessas coisas, principalmente em relação a essa questão da negrada, porque eu vejo claramente que se tivesse um trabalho que fizesse essa mudança, que montasse essa percepção, a gente tinha outro tipo de enfrentamento das coisas. A gente está com a história, que persiste, do crescer economicamente e se esquecer do social – que eu não gosto muito de usar a palavra. Por exemplo, agora mesmo, essa história de a ministra e a própria Conferência terem que reafirmar que é preciso que tenha políticas públicas e tal. Isso já era para ser página vencida. Não vamos ter muito para frente se a gente não conseguir mexer nessa coisa, com a sociedade por inteiro. Eu não obrigo nenhum filho meu a fazer isso ou aquilo, só converso. O cara faz o que quiser. Não digo que é para votar no candidato que eu vou votar. Nada! Não tem esse papo. A mulher é muito mais aguerrida do que eu, encrenca mais... Mas eu não vou por aí. Vote em quem quiser, faça o que quiser. Agora, nos momentos de sentar em casa, vamos papear. Vamos analisar porque isso não dá certo, porque aquilo dá... Por exemplo, o segundo formou-se agora, está trabalhando, montando escritório... Eu já tinha dito: “Olha, vê aí como é que gere administrativamente, como é que faz isso, faz aquilo.” Aí eu sou o chato, pai é sempre o chato. E o tempo passou; há uns seis meses, mais ou menos, ele chegou para mim e disse: “Pai, aquele negócio é complicado.” Eu digo: “Mas tem como resolver. Tem um

bocado de amigos que mexem com isso, você se assessora e vai fazer. No momento você não tem dinheiro para pagar, mas você pode receber uma consulta e depois você assume.”

V.A. – Ele se formou em quê?

P.C. – É designer.

V.A. – Seguiu a linha.

P.C. – Esse é um dos problemas. Porque a mais velha vai terminar arquitetura ano que vem. E a outra virou modista. Está no nível médio, vai fazer vestibular ano que vem, e está fazendo o curso de moda, de nível médio.

V.A. – Também são aproximados. São três, no total?

P.C. – São três.

V.A. – Um menino e duas moças.

P.C. – É.

V.A. – Tudo na linha do pai.

P.C. – Pois é, isso é um negócio problemático. Porque a mãe é medica, mas é médica sanitaria, ou seja, está no rolo do mesmo jeito. Funcionária pública também. Tudo barnabé.

A.P. – Você foi à Durban, acompanhou o processo?

P.C. – Acompanhamos. Nessa confusão toda, na questão do [partido?], a Secretaria trabalhou um bocado, na questão de Durban, ajudando, discutindo e participando dos fóruns. Aquele quebra-pau todo que, acho, foi no Brasil todo. Mas o funil muito grande

de participação foi... As duas pessoas que foram pela Prefeitura estão aqui: o João Cândido de Melo Sobrinho, que estava comigo ali há pouco, e Vera Baroni.

V.A. – Que foram por Recife.

P.C. – Foram por Recife para Durban. Nesse momento, também aconteceram campanhas eleitorais. Na campanha do PT para governador – o candidato da gente era o atual ministro da Saúde –, a gente conseguiu abrir uma discussão com a sociedade civil, de uma maneira bem ampliada, sobre o que seria o produto do programa de governo. Foi um negócio muito interessante. Eu sempre digo que a gente vivenciou um momento parecido com 88, com a Constituinte: o Brasil inteiro se mobilizou, todo mundo trabalhou, associação de bairro e tal... Nesse momento eu trabalhei muito mais na área de planejamento, mesmo. Exatamente a história de consolidar a necessidade de um plano diretor, essa coisa toda. E uma das fatias do programa de governo de Humberto para o estado era exatamente a questão da negrada. E aí a gente entrou pesado e com muita propriedade, enfrentando inclusive os debates das divergências dentro do próprio MNU, entre outros movimentos nascentes e a própria Secretaria de Combate ao Racismo do PT. Aí vem à tona toda a história do preconceito da relação da sociedade civil organizada, com a lógica de ONG, e o estado e os partidos políticos. E foi muito interessante porque a gente conseguiu... Eu trabalhei diretamente ligado à Comissão – eu tive que encarar a tal da Comissão. Tinha um núcleo que coordenava todos os trabalhos: aí teve a questão da negrada, planejamento, energia, uma série de coisas... Foi um trabalho muito interessante mesmo. Juntamos em torno de 2500 profissionais, ativistas e entidades da sociedade civil na construção desse trabalho. Nesse caso, a gente trabalhou com os capoeiristas, com os pais-de-santo, trabalhou com todo mundo e produziu um documento que ainda hoje é um documento importante da Secretaria.

Tivemos um encontro das secretarias de combate ao racismo do Norte e Nordeste, com o Martvs das Chagas,⁴ que é o Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT. Esse Norte e Nordeste foi muito interessante porque teve essa nossa contribuição, a contribuição do pessoal da Bahia, teve a contribuição do pessoal do Maranhão . Todo mundo do Nordeste participou...

⁴. Ver http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int.asp?cod=4879&cod_sis=24&cat=83

V.A. – Onde foi?

P.C. – Foi em Recife. Ironicamente, na Fundaj. Onde tinha representação do PT que trabalhava com a questão do combate ao racismo, no Nordeste, estava nesse encontro. A partir daí, juntou-se todos os documentos – inclusive a redação do documento da Bahia, muito boa – e fizemos uma espécie de adequação e foi um produto interessante que foi feito a muitas mãos, que é o que eu qualifico de importante do documento. Pode ter falhas, naturalmente, mas não está vencido: é um documento que ainda está valendo como material para evoluir.

V.A. – Quando foi esse encontro?

P.C. – Se não me engano, foi em 2002. A campanha para governador foi em 2002?

V.A. – Foi.

P.C. – Pronto. Então, foi 2002.

V.A. – E o encontro do Norte e Nordeste foi em 2002?

P.C. – Não, foi depois. Acho que foi 2003. Na Prefeitura do Recife, em 2002, começou-se a discutir o Programa [Institucional] de Combate ao Racismo, que é um trabalho vinculado ao DFID e ao PNUD⁵...

V.A. – O que é isso? DFID?

P.C. – É um departamento de planejamento do governo inglês. É quem banca isso, que trabalha a questão de pobreza. Quando veio trabalhar na África e no Brasil, isso evoluiu para trabalhar, ligado à pobreza, a questão de que o maior contingente pobre é o contingente negro.

[FINAL DA FITA 2-A]

⁵ N.T.: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

P.C. – Eu tenho até material. E eles partem do princípio, nesse departamento da Inglaterra, que o racismo institucional é o motor que vai consolidando, aprofundando, cristalizando o racismo dentro das instituições. O jogo é exatamente como eu vou subverter isso. Então, a Prefeitura do Recife...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.C. – Ele passou isso para a secretária de Planejamento de então, Tânia Bacelar,⁶ e ela me chamou e perguntou se eu não queria participar disso. Eu topei prontamente e fui para a Bahia para o primeiro seminário. E vieram rolando seminários até agosto de 2004, quando a Prefeitura definitivamente assinou um convênio com PNUD- DFID para a implantação desse processo. Como já tinha maturado a forma, o processo de inserção do programa por dentro de todas instâncias do município – todas as secretarias e empresas indiretas, ligadas ao poder público municipal – onde a gente, primeiro, montou uma equipe-base de sete, oito pessoas por secretaria (50% funcionário e 50% pode ser cargo comissionado). Aí você está preparando e dando formação a um pessoal de que metade fica e metade, no outro mandato, você não sabe se a pessoa vai ficar, porque é cargo comissionado. Para poder contemplar todo esse universo. E a outra equipe é de dois representantes por secretaria, que vão tentar desenvolver os trabalhos da questão do combate ao racismo dentro dessa perspectiva, dentro de cada secretaria. Isso já evoluiu para o seguinte. Anemia falciforme é um dos movimentos que já vinham sendo feitos na Secretaria de Saúde do município quando o ministro da Saúde era secretário de Saúde de Recife. Essa coisa foi evoluindo e, quando o programa chega, só faz continuar o processo. Além da anemia falciforme, agora – o programa já fez uma série de seminários com o pessoal da Saúde – já está ampliando para outros agravos como pressão arterial, eclampsia, infarto, essas coisas todas que são acometimentos maiores da população negra. Isso já está disseminado, o teste do pezinho vem sendo feito... Tem todo um acompanhamento. Por exemplo, você descobre um falciforme, vai acompanhar ele e toda a família... Isso está bem disparado e o programa ajuda, empurra mais essa história.

⁶ Tânia Bacelar de Araújo.

Quando do evento da 10.639, em que a Seppir encaminha a montagem do Fórum Intergovernamental, eu sou chamado para vir, também como representante da Prefeitura no Fórum.

V.A. – Esse Fórum Intergovernamental era o quê?

P.C. – Da Seppir.

V.A. – Pra resolver como ia implantar a 10.639?

P.C. – Não só. Não era só para isso, não. Era para todas as instâncias o município. Aí se estabelece um convênio que a gente fez, primeiro para o programa, como o governo britânico, e outro convênio foi feito, através do Fórum Intergovernamental, da Seppir com a Prefeitura. Então, agora tenho duas frentes. Naquele momento, na celebração desse convênio, o que a Seppir dispunha era aquele kit, da área de educação, para dar o pontapé inicial da 10.639. Então o que a gente faz? Leva o kit, mostra ao prefeito, leva para a secretária de Educação de então e, ao mesmo tempo, o Programa de Combate ao Racismo Institucional organiza, com a equipe responsável pela educação, do programa, como é que vai implementar isso dentro da Secretaria de Educação. Esse processo se dá em cima da educação continuada. Isso é o gancho que a gente encontrou para poder trabalhar com a educação. Então, tem um projeto de pesquisa e tem um projeto da questão da educação continuada.

Nessa questão da educação continuada está a história do livro didático: como trabalha isso... Por exemplo, é uma coisa que eu só conheço lá – não conheço nos outros estados e municípios. A educação, através desse processo de educação continuada, leva para os professores novas informações para eles elaborarem, junto com uma comissão, como isso pode ser aplicado ou implantado no currículo no ano seguinte. Ou seja, depende de capacitação desses professores. Inicialmente, a proposta do projeto é capacitar quinhentos professores dos cinco mil que o município tem. Para tentar fazer com que esses quinhentos sejam multiplicadores. Na educação, os passos do programa, junto com a Seppir e com o próprio governo municipal, andaram nesse sentido. Na questão do emprego e renda – eu já tive as primeiras conversas na semana passada, com

o secretário – a gente vai tentar ver o que a gente trabalha, através de banco do povo e uma série de outros fatores.

Tanto na saúde, como na educação, como nas outras todas – na cultura e tudo mais – a gente está querendo trabalhar a questão do quesito raça/cor, primeiro para dentro da estrutura da Prefeitura, depois ver como faz o rebatimento. Embora a gente saiba que na Saúde, principalmente, isso já está disparado, bem na frente; tem programas específicos para o quesito raça/cor. Então, o programa está nesse pé.

Paralelo a isso, na conferência municipal, aparece esse confronto de novo: sociedade civil, município. Tanto que eu estou aqui, convidado, mas eu podia ter vindo como gestor. Mas eu cedi uma vaga e vieram dois mais, como gestores, exatamente para a gente poder ver como se ajuda nesse processo. Aí tem uma coisinha do movimento que é dizer: “Ali é chapa branca”, que é do governo. E essa arrumação tem um peso sobre essa questão da arrumação da sociedade civil. Porque é a arrumação em cima das ONGs. Principalmente as ONGs das mulheres. Em todos os níveis, é muito interessante. No caso do município, o domínio foi das mulheres – em termos de presença numérica e de trabalho essa coisa toda. No estadual, mais ainda, porque foram as ONGs que puxaram. O estado deu um mixo dinheiro e, basicamente, foram as ONGs – MST, SOS, Nós outras mulheres, Associação das Mulheres da Zona Rural, Associação das Mulheres do Cabo – que estruturaram por região essa coisa toda. Com a experiência do município, nós fizemos um documento razoável... Foi interessantíssimo. João está até aí, foi um dos elaboradores, e eu briguei muito com ele na história de ter um documento que fosse esclarecedor, que oferecesse... Por exemplo, a gente botou um glossário para dizer o que era racismo institucional, o que é...

V.A. – E o que é racismo institucional?

P.C. – Eu tenho que ler para você. Eu tenho que achar o papelzinho para ler para você. Onde é que está minha pasta?

V.A. – É um racismo...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.C. – [Lendo] O racismo institucional é definido como um fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação, resultantes de preconceito inconsciente, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas que coloque minorias étnicas em desvantagem. Essa é a base do PCRI.

V.A. – De onde vem esse conceito? Quem é que está desenvolvendo...

P.C. – Esse conceito... Foi exatamente o DFID, que construiu em cima... Aí você vai sacar que tem uma série de outros aspectos. Você vê que ele trata aqui do objetivo: [lendo] desenvolver uma abordagem, a redução da pobreza através de combate às discriminações raciais e de gênero, determinantes-chave da desigualdade e da pobreza.

V.A. – DFID é esse Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional.

P.C. – Exatamente. Eu sou péssimo de gravar siglas e essas...

V.A. – Acho que está perfeito. Quer falar mais alguma coisa?

P.C. – Eu queria dizer o seguinte: se você precisar de alguma coisa, pegue meu e-mail.

V.A. – Podemos desligar, então.

[FINAL DA ENTREVISTA]